



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



ALINE DA SILVA DE OLIVEIRA

**Explorando a jornada da Seleção Brasileira Feminina na Copa do Mundo:
uma história de paixão e resiliência**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em História do Câmpus de Aquidauana da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em História.

Orientador: Miguel Rodrigues de Sousa Neto

AQUIDAUANA

2025

OLIVEIRA, Aline da Silva de. **Explorando a jornada da Seleção Brasileira Feminina na Copa do Mundo: uma história de paixão e resiliência.** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). Curso de História, Campus de Aquidauana, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2025.

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar a trajetória da Seleção Brasileira Feminina de Futebol nas Copas do Mundo, destacando os processos históricos de invisibilidade, exclusão e resistência enfrentados pelas jogadoras ao longo do tempo. A pesquisa parte do entendimento de que o futebol, no Brasil, foi consolidado como um espaço hegemonicamente masculino, excluindo sistematicamente as mulheres por meio de discursos científicos, sociais e políticos, como evidenciado na proibição legal da prática feminina entre 1941 e 1979. A partir de uma abordagem qualitativa e bibliográfica, com ênfase na articulação entre História e Gênero, o estudo se organiza em três tópicos: o primeiro discute o futebol como campo de disputa simbólica e identitária; o segundo aborda a estrutura machocrática que sustenta o apagamento da modalidade feminina; e o terceiro reconstrói a trajetória da seleção nas Copas do Mundo, com destaque para o papel de jogadoras como Marta, símbolo de resistência e visibilidade. Os resultados apontam que, apesar dos avanços recentes, como patrocínios e maior cobertura midiática, o futebol feminino ainda enfrenta desafios estruturais. Ao recuperar essa memória, o trabalho busca contribuir para a valorização da história das mulheres no esporte e reafirmar a importância de políticas públicas e ações educativas que promovam igualdade de gênero e justiça social.

Palavras-chave: Futebol feminino. Seleção Brasileira. Gênero. História. Invisibilidade.

Banca Examinadora

Miguel Rodrigues de Sousa Neto
Presidente, UFMS/CPAQ

Aguinaldo Rodrigues Gomes
Arguidor, UFMS/CPAQ

Lucielio dos Santos Xavier
Arguidor, PPGCult/CPAQ

Explorando a jornada da Seleção Brasileira Feminina na Copa do Mundo: uma história de paixão e resiliência

O Futebol como Campo de Disputa de Gênero

O futebol transcende a dimensão esportiva no Brasil, ele se tornou um elemento constitutivo da identidade nacional, tecido nas narrativas de glória da Seleção Masculina e seus triunfos históricos. Enquanto os homens escreviam essa epopeia com chuteiras douradas, a Seleção Feminina traçava seu próprio caminho – não no mármore liso dos estádios-oficiais, mas no asfalto áspero da resistência. Durante as décadas, a modalidade feminina enfrentou uma invisibilidade imposta por muitas leis que proibiam nos anos de (1941-19979) e depois disso a liberação por meio da estrutura que mantinham na sombra do futebol masculino.

O futebol no Brasil foi historicamente utilizado como um instrumento de reforço da masculinidade, que limitou às mulheres ter apenas um papel de espectadoras ou de praticante, isso contribuiu para o silêncio das suas próprias práticas esportivas. O futebol foi naturalizado dentro de estruturas que reforçam a construção da masculinidade e da virilidade, o que evidencia as raízes profundas da exclusão das mulheres nesse esporte. Essa história não fala apenas de um esporte marginalizado, mas reflete as fissuras profundas de uma sociedade que ainda aprende a reconhecer o pleno poder das mulheres.

A prática do futebol por mulheres no Brasil remonta ao início do século XX, quando as partidas eram realizadas em clubes suburbanos, circos e festas esportivas, funcionando como espaços alternativos para a presença feminina no esporte. Muitas dessas partidas foram vistas como espetáculo e receberam cobertura da imprensa com uma viagem de exotismo ou chacota, contribuindo para a deslegitimação da modalidade. Muito antes da proibição formal, já existia uma resistência simbólica ao futebol feminino, sustentada por discursos médicos, educacionais e políticos que afirmavam ser o corpo da mulher incompatível com esportes de contato e exercício físico intenso (Silva, 2019).

Esta visão se baseia em uma ideia de fragilidade feminina e materna, reforçando a uma inclusão social das mulheres nos campos de futebol. A legislação oficial veio logo após o decreto da lei nº 3.199/1941, durante o novo estado Getúlio Vargas, que ao tratar de uma organização esportiva no país foi incluída em seu artigo 54 uma regulamentação da prática de esporte ``incompatíveis com a natureza feminina``. mesmo sem citar diretamente o futebol, este esporte ele foi usado como uma justificativa para que pudesse impedir uma participação feminina nas modalidades (Bonfim, 2019).

A revogação da proibição só aconteceu no ano de 1979 na última fase da Ditadura Militar (que foi iniciada por meio de um golpe que aconteceu em 1964 e que foi finalizada em apenas em 1985), por meio da portaria nº 10/CND/1979, e assinada por Ely Coimbra, então presidente do conselho nacional de esporte. Contudo, isso como mudança legal ela não veio acompanhada de políticas públicas ou de um investimento estrutural: as mulheres retornaram aos campos sem um apoio ou patrocínio que pudesse dar uma visibilidade institucional (Silva, 2019).

Mesmo com a interdição formal que foi mantida por quase quatro décadas, as mulheres continuaram a jogar o futebol de uma forma marginal, organizando partidas que foram consideradas clandestinas e festivas. Como revela Bonfim (2019), essa resistência silenciosa foi crucial para manter viva a modalidade. A revogação da decisão ocorreu em 1979, mas a legitimação institucional do futebol feminino demorou a se consolidar. Knijnik (2006) ressalta que, mesmo após a liberação, as estruturas esportivas, escolares e midiáticas operam operando com base em uma lógica excludente, limitando o acesso das mulheres ao esporte.

Machocracia e Futebol: Gênero, Poder e Apagamento da Seleção Brasileira Feminina

A trajetória da seleção Brasileira feminina de futebol foi marcada por um grande avanço, mas também por silenciamentos e uma estrutura que ainda pode ser ignorada. Por causa da marginalização que elas viveram pelos jogadores não se resume pela falta de patrocínio ou uma invisibilidade midiática: trata-se de uma história e de uma cultura profundamente enraizada, e sustentando um sistema de poder que a natureza exclui.

Esta definição desse modelo foi conceituada por Aguinaldo Rodrigues Gomes (2019) como a machocracia um regime político que é simbólico em uma dominação da masculinidade e se estrutura como uma norma e se perpetua por meio de um reforço de uma ideologia do machismo, misóginas e pela LGBTfobia, que são legítimas nos discursos públicos e nas práticas institucionais. A machocracia exerce uma influência muito grande no esporte de uma forma sutil, mas significativa, que contribui para uma visão coletiva que fica relacionada com o futebol de uma forma culturalmente atribuída a masculinidade que envolve a força física e agressiva.

Esses valores culturais atribuídos aos homens transformam o futebol em um espaço de competição predominantemente masculina. O esporte foi naturalizado como um ambiente de afirmação da masculinidade, excluindo, desde suas bases corporais até suas expressões de gênero, qualquer manifestação que não se enquadre em um padrão único e tradicional. Assim, o futebol feminino se tornou um território de marginalização e frequentemente é considerado como uma exceção, e por vezes visto como uma irregularidade e em outras reduzidas a mero entendimento.

No Brasil, entre 1941 e 1979, as práticas esportivas femininas foram proibidas por lei. Essa medida refletia uma lógica machista que, por meio da justiça, justificava a proibição alegando que as mulheres seriam incompatíveis com a prática esportiva. Mesmo após a revogação dessa proibição, os efeitos dessa política continuaram presentes. A falta de incentivo, a desvalorização e a representação desigual das mulheres nos meios de comunicação esportivos mostram que a cultura machista não depende apenas de leis para se manter. Ela se manifesta culturalmente por meio de discursos, imagens e práticas que influenciam a forma como o futebol feminino é percebido e representado.

No campo político contemporâneo, essa lógica se intensifica com o avanço de lideranças que negam a importância das políticas de igualdade de gênero. Discursos como os de Jair Bolsonaro, citados por Gomes (2019), não apenas ironizam os movimentos feministas, como também reforçam a ideia de que as mulheres que fecham espaço e igualdade estão “vitimizandose” ou “desviando-se de seu lugar natural”. Essa retórica fortalece o imaginário de que a conquista de direitos por parte das mulheres é um privilégio e não uma peça histórica, deslegitimando suas lutas em todas as esferas, inclusive no esporte.

Em um país onde o presidente já declarou preferir “ver um filho morto a vê-lo gay” ou fez piadas com lideranças femininas, não surpreende que a Seleção Brasileira Feminina seja tratada com negligência institucional, mesmo sendo reconhecida e premiada internacionalmente. A análise de Joan Scott (1995) contribuiu para a que possa ser aprofundada essa discussão ao afirmar que os gêneros deve ser um entendimento com uma categoria útil esta análise histórica revela que não se trata de uma diferença entre os sexos, mas de um sistema estrutural de significado e de relações de poder.

Assim, o futebol não pode ter uma compreensão de como o campo é neutro: este é um espaço de uma visão em que constroem e se aprende na construção social. Nesse sistema, o masculino foi criado como norma universal, enquanto o feminino foi sistematicamente inferiorizado. Assim, o desligamento da Seleção Feminina é também uma estratégia de manutenção dessa norma — uma tentativa de impedir que outras formas de protagonismo, identidade e pertencimento se afirmem no centro do campo simbólico do esporte nacional. Não é coincidência que jogadores como Marta, Formiga ou Cristiane, mesmo após carreiras vitoriosas, tenham enfrentado mais resistência do que celebraram.

A meritocracia muitas vezes evocada por causa da desigualdade ignora que esses atletas construíram suas trajetórias a partir de estruturas profundamente desiguais. Enquanto os jogadores homens contam com centros de treinamento, apoio psicológico, estrutura médica e contratos milionários de base, muitas jogadoras, sem apoio, foram obrigadas a compartilhar alojamentos, treinar em condições precárias e até costurar os próprios uniformes. A desigualdade no futebol é muitas vezes naturalizada por uma cultura machista que ignora as diferenças reais nas condições de preparo e investimento entre homens e mulheres.

Além disso, a forma como a mídia retrata o futebol feminino ainda reflete essa lógica, valorizando as jogadoras por aspectos como aparência física, comportamento reservado ou características associadas à maternidade, em vez de destacar suas habilidades e desempenho técnico. Quando fogem ao padrão heteronormativo ou expressam atitudes assertivas, são rapidamente estigmatizadas. Como apontam Fernandes (2019) e Almeida (2019), a imprensa atua ora como vitrine, ora como espelho torto registra, mas distorce; celebra, mas limita.

Portanto, discutir a história da Seleção Brasileira Feminina sem abordar a machocracia é omitir a estrutura principal que sustentou — e ainda sustenta — seu desligamento. Denunciar essa lógica não é apenas um ato político, mas também um exercício de justiça histórica. É importante que essas jogadoras não sejam apenas atletas: são mulheres que enfrentam, diariamente, um sistema que insiste em dizer que elas não pertencem a um lugar que conquistaram com talento, esforço e resistência.

A construção de uma memória coletiva que inclui a Seleção Brasileira Feminina como parte legítima da história do futebol nacional depende do enfrentamento direto dessas estruturas. Toda mudança significativa vai além das boas intenções e exige transformações culturais, institucionais e simbólicas. No futebol, isso significa reconhecer que se trata de um espaço onde se disputam valores, posições e poder, e entender que a presença das mulheres não é um favor ou algo excepcional, mas um direito legítimo e essencial para o desenvolvimento do esporte.

A Seleção Brasileira Feminina na Copa do Mundo: resistência e reconhecimento

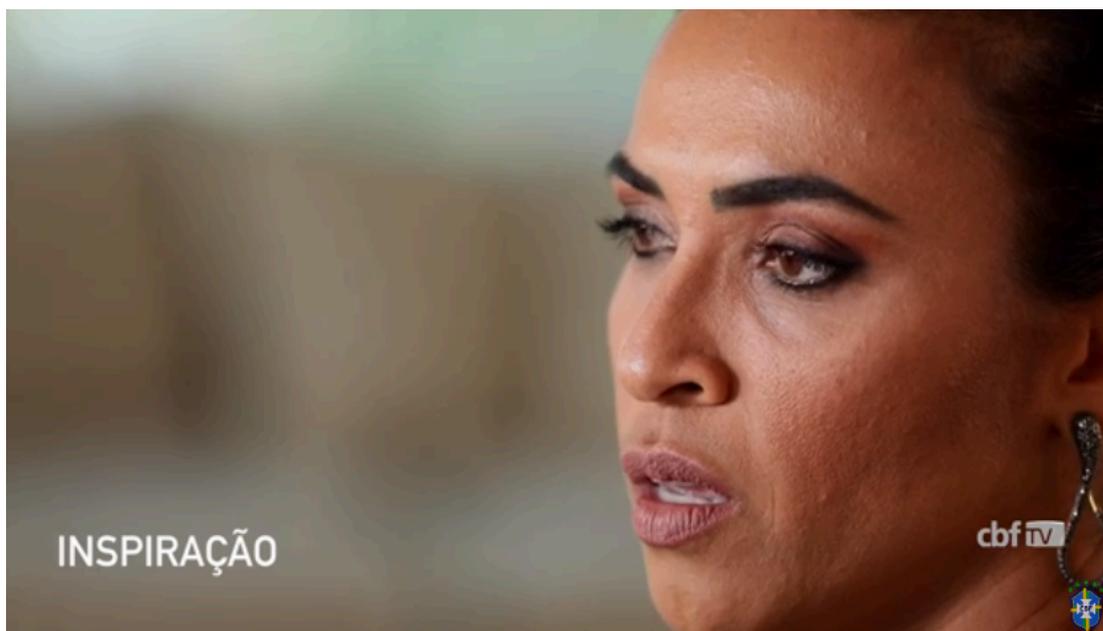


Figura 1: Marta em entrevista. CBF TV. 2021.

No ano de 1990 a formação de seleção brasileira feminina e sua participação em competições internacionais marcada por um novo momento para a modalidade, no entanto, como aponta a Fernandes (2019). A cobertura da imprensa neste período foi atravessada por uma ambiguidade: exaltar-se a beleza e sensualidade das jogadoras ao mesmo tempo em que ele se duvidava de sua competência de suas técnicas de jogadores que ainda escapavam aos padrões de hegemonia de feminilidade eram estigmatizadas ou silenciadas.

A imprensa, como observa Almeida (2019), funcionava tanto como agente de memória quanto de apagamento, registrando a presença feminina apenas em momentos pontuais, como Copas do Mundo, e ignorando os desafios cotidianos da modalidade. Entretanto a história do futebol feminino no Brasil ele foi marcado por três fases principais a formação a resistência emblemática (1915- 1941) a classificação legal e resistências e marginais em (1941- 1979) e a lenta reorganização pós-liberação, com contradições midiáticas institucionais (anos 1980 em diante).

Esse percurso evidencia que a história da seleção brasileira feminina na copa do mundo não é apenas uma trajetória esportiva, mas também um processo de resistência simbólica em meio a estimativa de um gênero e discriminação estrutural. A história da Seleção Brasileira Feminina na Copa do Mundo começa com um time de desconhecidas chegando à China em 1991. Enquanto a seleção masculina era tratada como celebridade, elas embarcaram com uniformes que mal tinham o brasão da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), muitas ainda usando chuteiras emprestadas.

O cenário era de total improviso, a ponto de algumas jogadoras relatarem que sequer sabiam ao certo a dimensão do torneio que iriam disputar. Ainda assim, aquele grupo formado às pressas, após décadas de exclusão, protagonizou algo extraordinário: provar que o futebol brasileiro também tem rosto de mulheres. Os anos seguintes foram marcados por contradições profundas. Em 2007, quando Marta fez uma jogada inesquecível na semifinal contra os Estados Unidos, o país parou para assistir — algo até então raro no futebol feminino.

Nas ruas, crianças começaram a pedir chuteiras cor-de-rosa, e nas livrarias surgiram, pela primeira vez, biografias de jogadoras. Essa trajetória evidencia a transformação do esporte no Brasil, com Marta como símbolo dessa mudança. Seu talento e as conquistas alcançadas refletem uma história de luta marcada pela busca constante pela vitória. Essa narrativa ressoa fortemente com as experiências reais das atletas, que enfrentam desafios cotidianos em sua caminhada no futebol.

Nos bastidores, a realidade permanecia difícil. As campeãs de 2007 voltaram para um Brasil que ainda não contava com um campeonato nacional estruturado para o futebol feminino. Mesmo com prestígio internacional, a equipe seguia enfrentando falta de apoio e de valorização dentro do próprio país. Durante muito tempo, o futebol feminino foi visto de forma distorcida, sendo considerado inadequado para mulheres, justamente por desafiar padrões tradicionais sobre o que se esperava da feminilidade.

A virada do século trouxe mudanças graduais no futebol feminino brasileiro. Em 2011, a criação do Brasileirão Feminino representou um avanço, embora muitos clubes tenham se inscrito apenas formalmente, sem oferecer condições reais para as atletas. Jogadoras profissionais ainda enfrentam dificuldades, como dividir apartamentos com várias colegas e depender de vaquinhas para custear viagens.

Marta, reconhecida internacionalmente por seu talento, tornou-se símbolo dessa resistência, representando o compromisso e a busca pela excelência profissional das mulheres no esporte. Em 2019, quando 38 mil pessoas cantaram o hino nacional no Maracanã antes do jogo contra a França, parecia que o jogo tinha virado. Mas nos vestiários, as jogadoras sabiam que aquele momento era fruto mais de seus esforços individuais do que de uma mudança estrutural. Enquanto isso, nos campos de treino, meninas de 12 anos ainda ouviram que “futebol não era coisa de moça” – o mesmo discurso das avós nos anos 60.

A Copa de 2023 na Austrália e Nova Zelândia mostrou o quanto o caminho ainda é longo. A eliminação antecipada revelou problemas estruturais na preparação, que dificilmente seriam permitidos no futebol masculino. Mas também mostrou algo novo: uma geração que já nasceu sabia que o lugar de mulher é onde ela quiser – inclusive no gramado. Quando o jovem Ary Borges marcou seu primeiro gol em Copas, ela não sabia que estava escrevendo o próximo capítulo de uma história que começou com aquelas pioneiras sem uniforme em 1991.

Era 1988 quando um grupo de mulheres vestia pela primeira vez a camisa amarela com orgulho e medo. Orgulho de representar o país do futebol; medo de não saber se alguém estaria olhando. A seleção que nascia ali carregava nas costas 47 anos de atraso – tempo suficiente para que gerações inteiras de talentos fossem perdidas entre decretos absurdos e campos de terra batida. As jogadoras, muitas vezes, treinaram em quadras de vôlei improvisadas e, nos dias de chuva, aprenderam semanas sem conseguir jogar. Mas o Brasil sempre foi terra de magia com bola nos pés.

Em 1991, mesmo sem calendário fixo de jogos ou centro de treinamento adequado, aquelas mulheres chegaram à primeira Copa do Mundo como quem chega a uma festa sem convite – deslocadas, mas determinadas. O time que mal tinha uniforme completo surpreendeu o mundo com um futebol alegre e irreverente, como só os brasileiros sabem jogar. Era o primeiro sinal de que, mesmo na adversidade, o talento brotava.

Os anos 2000 trouxeram glórias que doíam. A prata olímpica em 2004 e 2008, o vice em 2007 – conquistas que enchiam estádios, mas não enchiam os bolsos das atletas. Enquanto Marta recebia troféus de melhor do mundo, muitas de suas companheiras ainda dependiam de doações para viajar a torneios.

Embora tivessem alcançado fama internacional, as jogadoras continuavam sendo ignoradas e invisibilizadas dentro do próprio país. Essa condição de invisibilidade e negligência histórica é resultado de uma política de apagamento, em que o futebol feminino foi excluído das narrativas oficiais do esporte nacional.

A contradição era cruel: quanto mais a seleção brilhava, mais evidente ficava o abismo entre seu potencial e as condições oferecidas. A virada veio das mãos (e dos pés) das próprias jogadoras. Marta usou seus discursos para cutucar a ferida. Formiga, aos 40 anos, ainda dava aulas de resistência em campo. As mais jovens, como Debinha, mostravam que a nova geração não aceitaria mais migalhas. Aos poucos, as portas começaram a se abrir: o Brasileirão Feminino em 2013, a obrigação de clubes terem times femininos em 2019, os primeiros patrocínios milionários.

Hoje, quando uma garota de 12 anos manifesta o sonho de ser jogadora de futebol, já não enfrenta as risadas e o preconceito dos anos 90. Ainda assim, escuta alertas e dúvidas sobre as dificuldades que encontrará pelo caminho. Essas dificuldades refletem as experiências das primeiras gerações, que enfrentaram desafios como falta de infraestrutura, longas viagens para treinos e condições precárias. Essa trajetória difícil faz parte de toda revolução que realmente vale a pena. A seleção que um dia surgiu das sombras hoje brilha – não por favor, mas por direito. E sua luz ilumina um caminho que muitas ainda estão trilhando.

A história da Seleção Brasileira Feminina na Copa do Mundo não se mede em títulos, mas em marcas deixadas na alma do esporte. Cada chuteira desgastada em campos precários, cada viagem feita em ônibus lotados, cada olhar de desdém transformado em gol sob aplausos – tudo isso compõe um mosaico de resistência que vai muito além do gramado. Essas mulheres não apenas jogaram futebol; elas reinventaram o que significa vestir a amarelinha em um país que demorou a reconhecê-las como atletas. De times que precisavam costurar seus próprios uniformes nos anos 90, hoje vemos estádios que se enchem para vê-las jogar.

De um esporte que já foi crime para mulheres, hoje temos meninas que sonham em ser "a nova Marta". Mas os holofotes que iluminam esse progresso também revelam sombras teimosas: salários que ainda não chegam aos pés dos colegas homens, transmissões que cortam os jogos no meio, estruturas que parecem de outro século.

Enquanto a seleção masculina recebe ampla cobertura da mídia e atenção constante do público, o futebol feminino ainda luta para conquistar visibilidade e reconhecimento. Essa desigualdade reflete uma estrutura histórica de exclusão, na qual a modalidade feminina foi deixada à margem pelas instituições esportivas, pela imprensa e por uma cultura que sempre privilegiou o protagonismo masculino no esporte.

O futuro do futebol feminino no Brasil não será presente de ninguém – será conquista, como sempre foi. Nas arquibancadas que agora se pintam de rosa, nas meninas que já nascem sabendo que lugar de mulher é onde ela quiser, está a prova de que essa seleção plantou sementes que nem mesmo o descaso conseguiu secar. Elas não precisam mais pedir licença para jogar. Chegaram, jogaram e transformaram – e essa, talvez, seja sua maior vitória.

O legado da Seleção Brasileira Feminina vai muito além de números ou resultados em campo. Ele está nas meninas que correm descalças pelos quintais, alimentando o sonho de se tornarem grandes jogadoras. Reflete-se nos pais que, cada vez mais, levam suas filhas aos estádios para assistir ao futebol, sem questionar se esse é um esporte adequado para mulheres. Também se manifesta nas escolas públicas, onde agora há incentivo para que as meninas participem dos times de futebol.

Esta equipe fez muito mais que marcar gols – plantou uma revolução silenciosa. Quando Formiga disputou sua sétima Copa aos 43 anos, ela não estava apenas jogando. Estava mostrando às mulheres brasileiras que podem ocupar espaços pelo tempo que quiserem. Quando Marta ergueu seis vezes o troféu de melhor do mundo, não estava só recebendo um prêmio. Estava arrombando portas para que outras pudessem passar. Os frutos dessa luta já brotam em lugares inesperados: nas prefeituras que agora incluem meninas nos projetos esportivos, nas empresas que finalmente veem o futebol feminino como investimento, não caridade, nas salas de aula onde professoras usam jogadoras como exemplo em debates sobre igualdade.

Mas o jogo ainda não está ganho. Enquanto uma menina precisar escolher entre treinar ou trabalhar, enquanto uma atleta profissional ganhar menos que um jogador de série D, enquanto uma transmissão cortar o jogo para passar reprise de novela – a partida continua. O futuro que essas pioneiras imaginaram nos anos 90, quando treinavam em campos esburacados, está sendo construído hoje. Não será uniforme novo que vai mudar o jogo, nem estádio lotado. Será quando a próxima geração puder simplesmente jogar – sem ter que provar que merece estar ali.

Esta seleção nos ensinou que transformação social não vem de decretos, mas de chuteiras sujas de barro, de joelhos ralados em treinos sem torcida, de mulheres que continuaram correndo atrás da bola mesmo quando ninguém as aplaudia. É justamente nesse cenário de resistência que o futebol feminino se torna símbolo de enfrentamento dos estereótipos de gênero e das estruturas patriarcais do esporte brasileiro.

Mesmo diante de desafios como a falta de apoio e visibilidade, as jogadoras seguem firmes, mostrando que o futebol feminino é também espaço de luta, conquista e afirmação de direitos. A trajetória da Seleção Brasileira Feminina de Futebol é, acima de tudo, uma história de resistência, coragem e transformação. Desde os primeiros passos silenciosos em campos improvisados até os estádios cheios nas Copas do Mundo, as jogadoras enfrentaram um caminho marcado por proibições, apagamentos e desigualdades.

A partir da reconstrução desse percurso histórico, foi possível compreender como a exclusão das mulheres do futebol esteve profundamente ligada a estruturas sociais conservadoras e machistas, que por muito tempo determinaram quais corpos poderiam ocupar os espaços.

Mais do que uma narrativa esportiva, a história da Seleção é uma metáfora viva da luta das mulheres brasileiras por reconhecimento e dignidade. Suas participações nas Copas do Mundo escancararam contradições, mobilizaram debates e inspiraram novas gerações. Marta, Formiga, Ary Borges e tantas outras não apenas jogaram futebol: elas educaram, provocaram, abriram caminhos.

Apesar dos avanços conquistados, o futebol feminino no Brasil ainda depende de mudanças estruturais urgentes. É preciso investimento contínuo, visibilidade midiática consistente e políticas públicas comprometidas com a equidade. A memória dessas mulheres, portanto, não pode ser restrita aos momentos de glória, mas precisa ser reconhecida como parte integrante do patrimônio esportivo e cultural do país. Ao longo deste trabalho, demonstrou-se que cada Copa do Mundo disputada pela Seleção Brasileira Feminina foi também um ato político.

E como toda luta coletiva, essa ainda não terminou. Mas uma coisa é certa: elas mudaram o jogo para sempre. Que a próxima geração encontre menos portas fechadas e mais campos abertos para sonhar. Que elas joguem – e sejam lembradas não apenas pela luta, mas pelo futebol que se transformou em símbolo de uma revolução silenciosa e inquebrável.

Considerações Finais

Esta pesquisa surgiu da intenção de investigar o futebol feminino não apenas como uma competição, mas como uma forma de resistência. Ao analisar a jornada da Seleção Brasileira Feminina nas Copas do Mundo, nos deparamos com um relato de determinação, perseverança e bravura, mesmo frente a um sistema que, durante um longo período, buscou excluí-las da prática esportiva.

Desde o início, ficou evidente: o futebol no Brasil foi erguido como um domínio masculino. A potência, a virilidade, o desempenho físico - tudo isso estava ligado ao gênero masculino, enquanto as mulheres eram afastadas, sustentadas por argumentos médicos, educacionais e culturais que afirmavam que não tinham espaço nesse ambiente. E não foi só isso: durante quase quatro décadas, elas foram impedidas por legislação de praticar o futebol. O futebol feminino foi considerado algo inadequado.

Desse modo discutimos o conceito de machocracia. Essa palavra ajuda a nomear o que acontece quando o machismo deixa de ser uma atitude individual e vira parte das estruturas. Federações, clubes, imprensa, patrocinadores — todos esses espaços reforçaram, por muito tempo, a ideia de que futebol de mulher “não vende”, “não é competitivo”, “não interessa”. Só que a ausência de apoio nunca significou ausência de talento. A seleção feminina sempre teve potencial, mas lhe faltaram investimento, visibilidade e compromisso institucional.

Por fim, foi quase uma celebração, apesar de todos os pesares. Relembrar os feitos de jogadoras como Marta, Formiga e Cristiane é um lembrete de que, mesmo sem as condições ideais, elas brilharam. E brilharam muito. Marta, por exemplo, virou símbolo de algo maior: uma mulher nordestina, negra, pobre, que virou a melhor do mundo. Um orgulho para o país. A campanha “#ElaÉNúmero1” trouxe um pouco da visibilidade merecida, mas ainda estamos longe de uma igualdade real. Faltam recursos, estrutura, calendário e salários dignos. Falta seriedade com o futebol delas.

Mais do que contar uma história esportiva, essa pesquisa quer lembrar que a luta da seleção feminina é um capítulo importante da história do Brasil. Reconhecer isso é fundamental pra que a gente pare de naturalizar as desigualdades e comece a construir um esporte mais justo, mais inclusivo e mais democrático. O futebol feminino não precisa “provar” mais nada. Ele precisa ser respeitado como parte legítima da nossa cultura. E a História, enquanto área do saber, tem um papel fundamental nisso tudo.

Porque contar essas histórias é dar voz a quem foi silenciada. É transformar a memória em ferramenta de luta. O historiador, aqui, atua como ponte entre passado e presente, entre quem foi esquecido e quem precisa lembrar. Por fim, esse trabalho é uma homenagem. Às mulheres que, mesmo com tudo contra, seguiram firmes. Que enfrentaram o preconceito, o descaso, a invisibilidade — e ainda assim jogaram. Jogaram lindamente.

É também um convite: que venham mais pesquisas, mais vozes, mais olhares sobre o futebol feminino. Que a gente fale mais sobre as jogadoras negras, periféricas, sobre políticas públicas e sobre memória. Porque quando elas jogam, não é só futebol. É uma história sendo feita. E a gente tem o dever de contar.

Referências

BONFIM, Aira Fernandes. **Football Feminino entre festas esportivas, circos e campos suburbanos**: uma história social do futebol praticado por mulheres da introdução à proibição (1915-1941). 2019.

GOMES, Aguinaldo Rodrigues. Machocracia, negacionismo histórico e violência no Brasil contemporâneo. **Revista Ñanduty**, v. 7, n. 10, p. 146 a 158-146 a 158, 2019.

JANEIRO, Soraya Barreto. Marta em notícia: a (in)visibilidade do futebol feminino no Brasil. **FuLiA/UFMG**, v. 1, pág. 28-43, 2017.

KNIJNIK, Jorge Dorfman. **Femininos e masculinos no futebol brasileiro**. 2006.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. **Educação & realidade**. Porto Alegre. Vol. 20, n. 2 (jul./dez. 1995), p. 71-99, 1995.

SILVA, Kelen Katia Prates et al. **O Jogo das letras**: práticas esportivas e futebol de mulheres nas páginas do Jornal dos Sports (1931-1941). 2019.

SOARES de Almeida, Caroline. Mulheres futebolistas. Debates sobre violência e moral durante o Estado Novo brasileiro. Lusotopie. **Recherches politiques internationales sur les espaces issus de l'histoire et de la colonisation portugaises**, v. 18, n. XVIII (1), p. 95-118, 2019.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941. Dispõe sobre a organização dos desportos em todo o país. Diário Oficial da União